



Município de Guaranésia
MINAS GERAIS

DECRETO Nº 2.098, DE 1º DE OUTUBRO DE 2020

REGULAMENTA, NO ÂMBITO DO MUNICÍPIO DE GUARANÉSIA, A LEI FEDERAL N.º 14.017, DE 29 DE JUNHO DE 2020, QUE DISPÕE SOBRE AÇÕES EMERGENCIAIS DESTINADAS AO SETOR CULTURAL A SEREM ADOTADAS DURANTE O ESTADO DE CALAMIDADE PÚBLICA RECONHECIDO PELO DECRETO LEGISLATIVO FEDERAL N.º 06, DE 20 DE MARÇO DE 2020.

O Prefeito do Município de Guaranésia, no uso de suas atribuições, que lhe confere o inciso VI, art. 71 da Lei Orgânica e considerando a Lei Federal n.º 14.017, de 29 de junho de 2020, e o Decreto Federal n.º 10.464, de 17 de agosto de 2020.

Considerando ações emergenciais destinadas ao setor cultural a serem adotadas durante o estado de calamidade pública reconhecido pelo Decreto Legislativo n.º 6, de 20 de março de 2020, conforme disposto na Lei Federal n.º 14.017, de 29 de junho de 2020;

Considerando o Decreto Presidencial n.º 10.464, de 17 de agosto de 2020, que regulamenta a Lei Federal n.º 14.017, de 29 de junho de 2020, que dispõe sobre as ações emergenciais destinadas ao setor cultural a serem adotadas durante o estado de calamidade pública reconhecido pelo Decreto Legislativo n.º 6, de 20 de março de 2020;

Considerando que o Guaranésia, conforme disposto no Anexo III do Decreto Presidencial n.º 10.464, de 17 de agosto de 2020, receberá o valor total de R\$160.488,94 (cento e sessenta mil, quatrocentos e oitenta e oito reais e noventa e quatro centavos) para execução dos incisos II e III do art. 2º do referido Decreto e

Considerando que, conforme o inciso III, do art. 2º, do Decreto Federal n.º 10.464, de 17 de agosto de 2020, compete aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios elaborar e publicar editais, chamadas públicas ou outros instrumentos aplicáveis para prêmios, aquisição de bens e serviços vinculados ao setor cultural, manutenção de agentes, de espaços, de iniciativas, de cursos, de produções, de desenvolvimento de atividades de economia criativa e de economia solidária, de produções audiovisuais, de



Município de Guaranésia
MINAS GERAIS

manifestações culturais, e realização de atividades artísticas e culturais que possam ser transmitidas pela internet ou disponibilizadas por meio de redes sociais e outras plataformas digitais ou ainda presencial, desde que respeitadas as medidas de distanciamento e higiene vigentes, em observância ao disposto no inciso III, do caput, do art. 2º, da Lei Federal n.º 14.017, de 29 de junho de 2020.

DECRETA:

CAPÍTULO I
DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 1º Regula a aplicação da Lei Federal n.º 14.017, de 29 de junho de 2020, no âmbito do Município de Guaranésia, que dispõe sobre ações emergenciais destinadas ao setor cultural a serem adotadas durante o estado de calamidade pública, cria o Programa Municipal de Emergência Cultural, o Cadastro Municipal de Cultura e a Comissão Municipal de Acompanhamento.

Art. 2º O Município de Guaranésia receberá a quantia de R\$160.488,94 (cento e sessenta mil, quatrocentos e oitenta e oito reais e noventa e quatro centavos) conforme previsto no art. 2º, do Decreto Federal n.º 10.464, de 17 de agosto de 2020, que será destinada ao cumprimento do inciso III, do art. 2º, da Lei Federal n.º 14.017, de 29 de junho de 2020.

Parágrafo único – O remanejamento de recursos é permitido, desde que informado no relatório de gestão final, na forma do §6º, do art. 11, do Decreto Federal n.º 10.464, de 17 de agosto de 2020.

Art. 3º. Do valor recebido nos termos do Decreto Federal n.º 10.464, de 17 de agosto de 2020, compete ao Município de Guaranésia/MG, em observância ao disposto no art. 2º, da Lei n.º 14.017, de 29 de junho de 2020, elaborar e publicar editais, chamadas públicas ou outros instrumentos aplicáveis para prêmios, aquisição de bens e serviços vinculados ao setor cultural, manutenção de agentes, de espaços, de iniciativas, de cursos, de produções, de desenvolvimento de atividades de economia criativa e de economia solidária, de produções audiovisuais, de manifestações culturais, e realização de atividades artísticas e culturais que possam ser transmitidas pela internet ou disponibilizadas por meio de redes sociais e outras plataformas digitais, em observância ao disposto no inciso do art. 2º da Lei n.º 14.017, de 29 de junho de 2020.

§1º Os beneficiários dos recursos contemplados por intermédio da Lei n.º 14.017, de 29 de junho de 2020, e neste Decreto deverão residir e estar domiciliados no



Município de Guaranésia

MINAS GERAIS

território nacional, podendo o Município de Guaranésia vincular o recebimento à homologação em cadastro municipal.

§2º Para a execução das ações emergenciais previstas no inciso III do caput, o Município de Guaranésia definirá, em conjunto com o Estado de Minas Gerais, o âmbito em que cada ação emergencial será realizada, de modo a garantir que não haja sobreposição entre os entes federativos.

§3º O Poder Executivo do Município de Guaranésia editará normas com os procedimentos necessários à aplicação dos recursos recebidos, no âmbito de sua atuação, observado o disposto na Lei n.º 14.017, de 29 de junho de 2020 e no Decreto Federal n.º 10.464, de 17 de agosto de 2020.

§4º O Município de Guaranésia optou por não utilizar o recurso destinado ao cumprimento do disposto no inciso II, do Art. 2º, da Lei 14.017, de 2020.

CAPÍTULO II

DOS EDITAIS, DAS CHAMADAS PÚBLICAS E DE OUTROS INSTRUMENTOS APLICÁVEIS

Art. 4º O Município de Guaranésia poderá elaborar e publicar editais, chamadas públicas ou outros instrumentos aplicáveis, de que trata o inciso III, do caput do art. 2º, da Lei n.º 14.017, de 29 de junho de 2020, por intermédio de seus programas de apoio e financiamento à cultura já existentes ou por meio da criação de programas específicos, podendo adotar regimes jurídicos simplificados para seleção, execução e relatórios de prestação de contas de projetos.

§ 1º Os editais referidos no caput deste artigo deverão conter, no mínimo:

- I - o objeto;
- II - os prazos;
- III - o limite de financiamento;
- IV - o valor máximo por projeto;
- V - as condições de participação;
- VI - as formas de habilitação, de julgamento, de liberação de recursos e de execução;
- VII - a forma e o prazo para prestação de contas;
- VIII - os formulários de apresentação; e
- IX - a relação de documentos exigidos.

§2º Os profissionais de cultura e espaços artísticos e culturais somente poderão ser beneficiados em um dos instrumentos previstos no caput deste artigo.

§3º O Município de Guaranésia deverá desempenhar, em conjunto com o Estado de Minas Gerias, esforços para evitar que os recursos aplicados se concentrem nos



Município de Guaranésia
MINAS GERAIS

mesmos beneficiários, na mesma região geográfica ou em um número restrito de trabalhadores da cultura ou de instituições culturais.

Art. 5º. O repasse dos recursos para os projetos contemplados nos editais ocorrerá em parcela única por meio de transferência para a conta bancária da pessoa física ou jurídica selecionada para receber o benefício.

Art. 6º. Os trabalhos premiados e os projetos inéditos selecionados deverão dispor de contrapartida conforme critérios estabelecidos pela Secretaria Municipal da Cultura, Esporte e Turismo.

Parágrafo único. Os critérios e a descrição das contrapartidas serão divulgados por meio dos editais e chamadas públicas de premiação e de seleção de propostas inéditas.

Art. 7º. O Município de Guaranésia deverá informar no relatório de gestão final a que se refere o Anexo I do Decreto n.º 10.464, de 17 de agosto de 2020:

I - os tipos de instrumentos realizados;

II - a identificação do instrumento;

III - o total dos valores repassados por meio do instrumento;

IV - o quantitativo de beneficiários;

V - para fins de transparência e verificação, a publicação em Diário Oficial dos resultados dos certames em formato PDF;

VI - a comprovação do cumprimento dos objetos pactuados nos instrumentos; e

VII - na hipótese de não cumprimento integral dos objetos pactuados nos instrumentos, a identificação dos beneficiários e as providências adotadas para recomposição do dano.

§1º A comprovação de que trata o inciso VI do caput deverá ser fundamentada nos pareceres de cumprimento do objeto pactuado com cada beneficiário, atestados pelo gestor do Município responsável pela distribuição dos recursos.

§2º O agente público responsável pelas informações apresentadas no relatório de gestão final, a que se refere o Anexo I do Decreto n.º 10.464, de 17 de agosto de 2020, poderá ser responsabilizado nas esferas civil, administrativa e penal, na forma prevista em lei.

§3º O Município de Guaranésia deverá dar ampla publicidade às iniciativas apoiadas pelos recursos recebidos na forma prevista no inciso III, do caput do art. 2º, da Lei n.º 14.017, de 29 de junho de 2020 e transmitidas pela internet ou disponibilizadas por meio de redes sociais e outras plataformas digitais, preferencialmente por meio da divulgação no sítio eletrônico oficial do ente federativo, cujo endereço eletrônico deverá



Município de Guaranésia
MINAS GERAIS

ser informado no relatório de gestão final a que se refere o Anexo I do Decreto n.º 10.464, de 17 de agosto de 2020.

CAPÍTULO III
DA OPERACIONALIZAÇÃO DA TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS
E DOS PRAZOS

Art. 8º. Os recursos destinados ao cumprimento do disposto no art. 2º deste Decreto serão executados de forma descentralizada, por meio de transferência da União ao Município de Guaranésia, por intermédio da Plataforma +Brasil, instituída pelo Decreto Federal n.º 10.035, de 1º de outubro de 2019, conforme Anexo III do Decreto n.º 10.464, de 17 de agosto de 2020.

§1º O prazo para publicação da programação ou destinação dos recursos de que trata o art. 2º será de sessenta dias, contado da data de recebimento dos recursos.

§2º Para cumprimento do disposto neste artigo, considera-se como publicada a programação constante de dotação destinada a esse fim na lei orçamentária vigente divulgada conforme Art. 95 da Lei Orgânica Municipal.

§3º A publicação a que se refere o §2º deverá ser informada no relatório de gestão final a que se refere o Anexo I.

Art. 9º. Conforme disposto no Decreto Federal n.º 10.464, de 17 de agosto de 2020, a União realizará transferência para o Município de Guaranésia em conta específica em agência de relacionamento do Banco do Brasil, atendendo o cronograma de pagamentos publicado em canal oficial do Governo Federal.

§1º A conta específica de que trata o caput já foi criada automaticamente pela Plataforma +Brasil.

§2º Os recursos transferidos na forma prevista neste artigo serão geridos, exclusivamente, na conta específica de que trata o caput.

§3º As movimentações de saída de recursos das contas bancárias serão classificadas e identificadas conforme o disposto no art. 3º e as informações a elas referentes serão disponibilizadas no sistema BB Ágil do Banco do Brasil.

§4º O montante dos recursos indicado no plano de ação poderá ser remanejado de acordo com a demanda local, desde que a divisão dos recursos prevista no art. 2º seja respeitada e que o remanejamento seja informado no relatório de gestão final a que se refere o Anexo I do Decreto n.º 10.464, de 17 de agosto de 2020.

Art. 10. O Município de Guaranésia deverá apresentar relatório de gestão final – conforme modelo evidenciado no Anexo I, do Decreto n.º 10.464, de 17 de agosto



Município de Guaranésia
MINAS GERAIS

de 2020, em no máximo 180 dias, contados a partir da data do fim da vigência do estado de calamidade pública reconhecida pelo Decreto Legislativo n.º 06/2020.

CAPÍTULO IV
DO PROGRAMA MUNICIPAL DE EMERGÊNCIA CULTURAL

Art. 11. Fica criado, no âmbito do Município de Guaranésia, o Programa Municipal de Emergência Cultural para implementação e distribuição dos recursos recebidos nos termos da Lei n.º 14.017, de 29 de junho de 2020, em atendimento do art. 9º, do Decreto n.º 10.464, de 17 de agosto de 2020.

Parágrafo único. O Programa Municipal de Emergência Cultural será gerido pela Secretaria Municipal de Cultura, Esporte e Turismo, a quem cabe a edição e publicação de normas complementares através de portarias, instruções normativas e/ou comunicados.

CAPÍTULO V
DO CADASTRO MUNICIPAL DE CULTURA

Art. 12. Fica instituído, no âmbito do Município de Guaranésia, o Cadastro Municipal de Cultura, para a identificação e certificação de agentes culturais residentes e/ou atuantes em seu território.

§1º. O Cadastro Municipal de Cultura será gerido pela Secretaria Municipal de Cultura, Esporte e Turismo, a quem cabe a homologação, edição e publicação de normas complementares através de portarias, instruções normativas e/ou comunicados.

§2º. A Secretaria Municipal de Cultura, Esporte e Turismo deverá publicar a relação dos agentes culturais que já estão cadastrados para fins de atendimento da Lei n.º 14.017, de 29 de junho de 2020.

CAPÍTULO VI
**DO TERMO DE RESPONSABILIDADE, DA PRESTAÇÃO DE
CONTAS E DAS SANÇÕES**

Art. 13. A prestação de contas dos beneficiados nos termos do inciso III, do art. 2º da Lei n.º 14.017, de 29 de junho de 2020, deve comprovar o cumprimento do objeto em conformidade com o projeto cultural aprovado, bem como o cumprimento das metas e os resultados atingidos.

Parágrafo único. No caso de repasses efetuados a título de premiação, por iniciativa cultural de destaque, não será devida a prestação de contas, uma vez tratar-se de



Município de Guaranésia

MINAS GERAIS

objeto já cumprido, a ser comprovado no ato de inscrição e avaliado pela Comissão de Acompanhamento.

Art. 14. Em caso de não comprovação de aplicação correta dos recursos e/ou reprovação da prestação de contas, observada a ampla defesa e o contraditório, serão aplicadas as devidas penalidades:

- I - restituição aos cofres públicos do valor recebido, atualizado monetariamente;
- II - em caso de não restituição, inscrição em dívida ativa na Fazenda Municipal de Guaranésia;
- III - instauração de processo de tomada de contas;
- IV - impedimento de contratar, celebrar parcerias ou receber qualquer tipo de apoio do Poder Executivo Municipal, por um período de 2 (dois) anos.

CAPÍTULO VII DA COMISSÃO MUNICIPAL DE ACOMPANHAMENTO

Art. 15. Fica instituída, no âmbito do Município de Guaranésia, a Comissão Municipal de Acompanhamento, a quem caberá atuar de forma consultiva, deliberativa e suplementar nas atribuições do Poder Executivo Municipal, no que se refere à Lei Federal n.º 14.017, de 29 de junho de 2020, Decreto n.º 10.464, de 17 de agosto de 2020, bem como nas disposições deste Decreto e de normas complementares de nível municipal, estadual ou federal.

Art. 16. A Comissão Municipal de Acompanhamento será nomeada por ato do Prefeito Municipal e será composta pelos seguintes membros:

- I – 01 representante da Secretaria Municipal de Cultura, Esporte e Turismo;
- II – 01 representante da Secretaria Municipal de Finanças;
- III – 01 representante da Secretaria Municipal de Administração;
- IV – 03 representantes do Conselho Municipal de Políticas Públicas Culturais do Município, prioritariamente membros representantes da sociedade civil;

§1º Os membros da Comissão, previstos no caput deste artigo, serão indicados pelos respectivos secretários municipais e pelo Conselho Municipal de Políticas Culturais.

§2º O presidente da Comissão de Acompanhamento será o titular da Secretaria Municipal Cultura, Esporte e Turismo de Guaranésia, gestor dos recursos advindos da Lei Federal n.º 14.017, de 29 de junho de 2020.



Município de Guaranésia

MINAS GERAIS

Art. 17 – A Comissão Municipal de Acompanhamento tem as seguintes atribuições:

I - Estabelecer diretrizes gerais, estratégias e prioridades para operacionalizar e aplicar a Lei Federal n.º 14.017, de 29 de junho de 2020 no âmbito do Município de Guaranésia.

II - Contribuir e deliberar sobre o Plano de Aplicação de Recursos a ser inscrito na plataforma Mais Brasil.

III - Acompanhar, apoiar e facilitar os trabalhos de execução dos benefícios previstos na Lei Federal n.º 14.017, de 29 de junho de 2020.

IV - Propor e viabilizar formas de divulgação e uso das informações geradas a partir das regras e ações necessárias à implementação dos benefícios previstos na Lei Federal n.º 14.017, de 29 de junho de 2020.

V - Desenvolver as atividades necessárias para implantação e manutenção dos benefícios previstos na Lei Federal n.º 14.017, de 29 de junho de 2020.

VI - Contribuir na elaboração e apresentação de relatório final da aplicação dos recursos, conforme o plano estabelecido.

VII - Elaborar os instrumentos públicos previstos no caput do art. 3º do presente Decreto.

Art. 18. A Comissão Municipal de Acompanhamento, de que trata este Decreto reunir-se-á mediante convocação do Secretário Municipal de Cultura Esporte e Turismo, de ofício ou motivada por quaisquer dos membros.

Art.19. A atuação dos membros da Comissão Municipal de Acompanhamento não será remunerada e será considerada atividade de relevante interesse social.

Art. 20. Poderão ser convidados a participar das reuniões da Comissão Municipal de Acompanhamento e a apoiar o desenvolvimento dos trabalhos, representantes de outras secretarias do Município, profissionais vinculados às secretarias estaduais e municipais de cultura de outros municípios, bem como especialistas em temas e questões importantes para o desenvolvimento do trabalho.

Art. 21. A Secretaria Municipal de Cultura, Esporte e Turismo será responsável pela coordenação da Comissão Municipal de Acompanhamento, bem como pelo apoio administrativo e pela documentação relativa às suas atividades.



Município de Guaranésia

MINAS GERAIS

Art. 22. Os registros contábeis e os demonstrativos gerenciais mensais, atualizados, relativos aos recursos repassados e recebidos pelos entes federados previstos na Lei Federal n.º 14.017, de 29 de junho de 2020, assim como os referentes às despesas realizadas, ficarão permanentemente à disposição da Comissão Municipal de Acompanhamento instituída por este Decreto, bem como dos órgãos federais, estaduais e municipais de controle interno e externo, e ser-lhes-á dada ampla publicidade, inclusive por meio eletrônico.

Parágrafo único. A Comissão Municipal de Acompanhamento referido neste Decreto poderá, sempre que julgar conveniente:

I – apresentar ao Poder Legislativo e aos órgãos de controle interno e externo manifestação formal acerca dos registros contábeis e dos demonstrativos gerenciais das verbas recebidas pelos entes federados relativas à Lei Federal n.º 14.017, de 29 de junho de 2020;

II – por decisão da maioria de seus membros, convocar qualquer pessoa para prestar esclarecimentos acerca do fluxo de recursos e da execução das despesas das verbas recebidas do ente federado relacionada à lei;

III – requisitar ao Poder Executivo cópia de documentos referentes a:

a) empenho, liquidação e qualquer pagamento relacionado com as verbas recebidas em virtude da Lei Federal n.º 14.017, de 29 de junho de 2020;

b) outros documentos necessários ao desempenho de suas funções.

IV – realizar visitas e inspeções *in loco* para verificar:

a) o regular gasto das verbas relacionadas à Lei Federal n.º 14.017, de 29 de junho de 2020, recebidas pelo Município;

b) a utilização de bens adquiridos com recursos advindos da Lei Federal n.º 14.017, de 29 de junho de 2020.

Art. 23. A Comissão de Acompanhamento de que trata este Decreto deve divulgar suas atas, relatórios e deliberações no sítio eletrônico da Prefeitura de Guaranésia.

CAPÍTULO VIII DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 24. No caso de editais de premiação ou de seleção de propostas de pessoas físicas ou jurídicas que estiverem em atraso com a prestação de contas de qualquer parceria ou tiverem sofrido alguma das sanções previstas na Lei n.º 8.666/93, no âmbito do Município de Guaranésia, não será concedido o recurso previsto neste Decreto.



Município de Guaranésia
MINAS GERAIS

Art. 25. A Secretaria Municipal da Cultura, Esporte e Turismo terá o prazo de 2 (dois) anos, a contar da aprovação da prestação de contas, para utilizar, a seu critério, as contrapartidas para atendimento do inciso III, do Art. 2º, da Lei n.º 14.017, de 29 de junho de 2020.

Art. 26. O Município de Guaranésia apresentará relatório de gestão final a que se refere o Anexo I, do Decreto n.º 10.464, de 17 de agosto de 2020 à Secretaria-Executiva do Ministério do Turismo no prazo de cento e oitenta dias, contado da data em que se encerrar o estado de calamidade pública reconhecido pelo Decreto Legislativo n.º 6, de 2020.

Parágrafo único. O envio do relatório de gestão final no prazo estabelecido é de responsabilidade do titular da Secretaria Municipal de Cultura, Esporte e Turismo, ou na sua ausência, do Prefeito Municipal, cabendo-lhe tomar todas as medidas e providências necessárias, incluindo a prestação de informações adicionais que permitam verificar a aplicação regular dos recursos repassados.

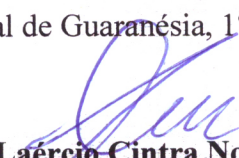
Art. 27. O Município de Guaranésia dará ampla publicidade e transparência à destinação dos recursos de que trata a Lei n.º 14.017, de 29 de junho de 2020.

Art. 28. O Município de Guaranésia deverá manter a documentação apresentada pelos beneficiários dos recursos a que se refere o art. 2º, pelo prazo de dez anos.

Art. 29. Os recursos necessários para as medidas de que trata este decreto correrão à conta de dotação orçamentária própria decorrente do repasse estipulado pela Lei Federal n.º 14.017, de 29 de junho de 2020.

Art. 30. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação nos locais de costume.

Paço Municipal de Guaranésia, 1º de outubro de 2020.


Laércio Cintra Nogueira
Prefeito do Município
ADM 2017/2020